

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.1 em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca a proteção; ii. Os instrumentos utilizados para proteção; iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Nas informações descritas já no item 4.1 deste Formulário de Referência são apontadas medidas de mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados, complementando-se a seguir:

Com relação aos riscos identificados relacionadas à própria Companhia (emissor):

Do ponto de vista dos riscos relacionados ao emissor, no que diz respeito às **relações laborais**, no item 4.1 está detalhada a atual prática adotada pela área de recursos humanos, que realiza gestão dos passivos trabalhistas. A área é responsável pelo acompanhamento das demandas judiciais trabalhistas e acompanhamento de contingências. A área de Compras da Companhia é responsável pelo acompanhamento das contratações das empresas terceirizadas.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais cíveis**, a área jurídica mantém práticas de redução dos passivos, buscando a realização de acordos judiciais e extrajudiciais. O Estatuto da Companhia prevê limites de alçada (valores) para a realização de acordos que resultem em exoneração de obrigações ou transação para pôr fim a litígios.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais tributários** a área responsável pelo acompanhamento das demandas e acompanhamento de contingências é a gerência fiscal da Companhia.

Do ponto de vista da **regulamentação do setor** e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Com relação aos riscos identificados relacionadas aos seus clientes, distribuídos entre os **segmentos de mercados**, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial, gás natural veicular e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações). As áreas Comercial, de Gestão de Rede e a área de Serviços a Clientes possuem estruturas específicas para o acompanhamento dos clientes de cada seguimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.2 em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca a proteção; ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado; c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que todos os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração. Assim, as operações financeiras de determinados valores (conforme piso fixado no próprio Estatuto Social) a serem contratadas pela Companhia devem ser previamente e individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com as regras previstas no Estatuto Social.

Assim, a Companhia adota e mantém uma gestão de risco financeiro que é entendida como uma orientação à Diretoria, a qual adota um programa de gestão de riscos, que se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Conforme descrito no item 4 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros, quais sejam: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Assim, a gestão de risco é realizada pela Diretoria Econômico Financeira e de RI, que identifica, avalia e aplica práticas de proteção contra eventuais riscos financeiros, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, quando for o caso.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição possa estar atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinzenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos (que vierem a ser feitos) indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Atualmente a Companhia não possui nenhum empréstimo ou financiamento contratado em moeda estrangeira.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos últimos três exercícios não foi contratado nenhum derivativo com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

Em razão deste monitoramento, a Companhia divulgou em suas Demonstrações Financeiras anuais uma análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI, apontada também no item 4 deste Formulário de Referência.

A Companhia mantém, ainda, em sua estrutura operacional, uma área operacional de Controles Internos, embora não possua uma política formalmente aprovada nos termos como descrito neste item.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos****5.3 Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da Companhia.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui uma área responsável pelo desenvolvimento e aplicação das condutas relacionadas aos controles internos, a qual é responsável pelo relacionamento com o auditor independente, para o acompanhamento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é acompanhada pela área de Controles Internos, gerência dentro da Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores, que pode realizar reuniões com as diversas áreas envolvidas na Companhia.

O Conselho Fiscal também acompanha a identificação das recomendações e o aprimoramento dos controles internos e cobra efetividade na implementação de medidas capazes de atenderem as recomendações apontadas pelo auditor externo.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo Ernst & Young Auditores Independentes S/S, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em 31.12.2019, foram apontadas apenas 02 deficiências de controles e 16 pontos de melhoria, observando-se, por tanto, uma redução com relação aos pontos de melhoria levantados frente ao ano anterior.

Em 31.12.2020, foram apontadas 04 deficiências de controles, 07 pontos de melhoria e 01 pontos de atenção.

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo KPMG Auditores Independentes, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo:

Em 31.12.2021, não foram apontadas deficiências significativas de controles internos (Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança) e nem tampouco foram apontados **descumprimento de normas internas ou regulamentares**. Foram identificados **11 pontos de deficiência não significativa** (outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento de Controles Internos, emitido pelo auditor independente, referente ao exercício findo em 31.12.2021, não foram apontadas deficiências significativas de controles, mas tão somente recomendações de melhorias (deficiências não significativas).

Todos os pontos são analisados e acompanhados pela administração da Companhia, conforme procedimento interno de acompanhamento das recomendações, justamente visando atender às recomendações indicadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Fatores de risco

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela CEG são: Modelo de Prevenção Penal; Código Ético; Política Anticorrupção e Procedimento de Due Diligence de Contraparte. Os riscos são reavaliados anualmente.

O Programa de Integridade é de responsabilidade colegiada entre Auditoria Interna e Compliance, Jurídico e Economico Financeiro. O responsável pelo Programa de Integridade da Companhia reporta à Diretoria Executiva da Companhia. Sua criação foi aprovada em reunião de Diretoria da sociedade. A Diretoria Executiva adota as medidas necessárias para o desenvolvimento e implantação do modelo de organização e gestão para prevenção de delitos.

O programa se aplica a todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos, incluindo-se a sua administração, o que engloba a Diretoria e o Conselho de Administração e, também o Conselho Fiscal.

São realizados treinamentos sobre tais mecanismos a cada 02 (dois) anos para todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e Operador técnico da Companhia estabeleceu um regime sancionador, mediante a remissão da norma legal aplicável reconhecida na Consolidação de Leis Trabalhistas do Brasil, que se aplica a todos os empregados e colaboradores.

O Código ético é divulgado na página de internet da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297266730757/codigo+etico.html>

A Integridade é também um dos sete componentes que compõem as regras de Responsabilidade Corporativa adotadas pela CEG. A Política de Responsabilidade Corporativa do Grupo Gás Natural Fenosa é divulgada no site da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297092022289/politica+de+responsabilidade+corporativa.html>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros/**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A Companhia possui um canal de denúncia com mecanismo de anonimato e preservação do denunciante de boa-fé, o qual é interno, não estando a cargo de terceiros e, que é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros (que não sejam colaboradores ou empregados da Companhia).

A Companhia possui uma comissão do Código Ético responsável pela apuração das denúncias recebidas através do canal de denúncias.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;**

Sim, tais procedimentos são adotados pelo Grupo controlador da CEG e pela Companhia.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Tendo em vista que a Companhia possui tais regras, este item não é a ela aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Todos os riscos, efeitos e medidas de enfrentamento adotados pela Companhia, relacionados ao cenário extraordinário de pandemia pela Covid-19, desde 2020, foram amplamente informados e divulgados em todos os documentos da Companhia, quais sejam as Informações Trimestrais – ITRs desde 2020; as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020; os Relatórios Anuais da Administração de 2020 e 2021 e também nos Formulários de Referência conforme atualizados.

Não houve, em 2021, alteração significativa na exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, descritos nas suas Demonstrações Financeiras e neste Formulário de Referência. Assim, com relação aos riscos ordinários aos quais a Companhia está exposta, não há expectativa de redução ou aumento de sua exposição.

Vale lembrar que o julgamento do processo da 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas ainda se encontra suspenso, conforme avisos de Fatos Relevantes divulgados ao mercado, informados em eventos subsequentes das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2020 e nos Formulários de Referência conforme atualizados.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, permitindo-lhe manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos****5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações relevantes sobre os controles internos da Companhia.

A Companhia informou, por meio de divulgação de Fato Relevante, em 26/03/2021, que a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, responsável, dentre outros pela fiscalização e regulação do serviço de distribuição de gás canalizado na área de Concessão da CEG, publicou no dia 24 de março de 2021, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ, o resultado da sessão regulatória, ocorrida em 10.03.2021, referente a 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, relativa ao período 2018-2022, indicando decisão tomada por maioria de Conselho Diretor da referida Autarquia para a redução de 13,47% nas margens de distribuição da Companhia. Da referida Deliberação, uma vez publicada, ainda cabe a interposição de recursos na esfera administrativa tanto por parte da Companhia como de outros interessados.

Todas as demais definições e regras relativas à 4ª Revisão Quinquenal Tarifária da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, com nome fantasia Naturgy, estão disponíveis no site da AGENERSA <http://www.agenersa.rj.gov.br>

Em 26 de março de 2021, a Companhia recebeu o Ofício AGENERSA/SECEX SEI N°316, comunicando à Companhia sobre a decisão do Conselho Diretor da Agência Reguladora de suspender os efeitos e prazos processuais da Deliberação AGENERSA N° 4.198/2021 referente à 4ª Revisão Tarifária Quinquenal da Concessionária. A decisão informada à Companhia ainda será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ. Tal fato foi novamente divulgado através de Fato Relevante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2019, O Produto Interno Bruto – PIB cresceu 1,1% em 2019. O índice se manteve estável com relação a 2018 frustrando o crescimento esperado para o ano. Isso demonstra uma recuperação da economia, ainda em ritmo lento. A taxa de desemprego caiu de 12,3%, em 2018, para 11,9%, em 2019 (variação de apenas -0,4%), o que contribui para a lenta recuperação da economia. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2019 em 4,5%, atingindo nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu discreto aumento passando de 3,75%, em 2018, para 4,31%, em 2019. Superou a meta (4,25%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,75% e 5,75%). O dólar acumulou alta de 3,5% em 2019 fechando o ano cotado a R\$ 4,0098. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, o cenário político na América do Sul, a queda da taxa SELIC, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 1,299 bilhão de barris em dezembro de 2019, com média diária de 2,787 Mbbl/d, resultando num acréscimo de 7,78% em relação à produção de 2018. Já a produção de gás natural, correspondeu a 122,53 MMm3/d registrando um aumento de 9,46% em relação a 2018. De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2019 foi 0,97% superior ao volume consumido em 2018, mantendo-se estável. A média de consumo no país foi de 64,626 milhões de m3/dia frente a 64,007 milhões de m3/dia, em 2018. O consumo das termelétricas, ainda segundo a Abegás, subiu 3,25% no ano, alcançando 23,89 milhões de m3/d. Já as vendas para o segmento industrial se mantiveram estáveis com ligeira queda de 0,96%, para 27,97 milhões de m3/d. O consumo do mercado convencional chegou a 40,72 milhões de m3/d em 2019, apenas 0,3% abaixo dos 40,86 milhões de m3/d de 2018. O destaque positivo foi o crescimento das vendas para o mercado de GNV, com aumento de 3,24%, alcançando 6,056 milhões de m3/d em 2019.

O ano de **2020** iniciou com expectativa de recuperação econômica, fundamentada na conclusão da reforma previdenciária em 2019 e no andamento da reforma tributária. Contudo, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença mudaram os rumos da economia e gestão da saúde, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O cenário mudou drasticamente para um clima de incertezas. Os perfis de consumo, de trabalho e de prestação de serviço foram adaptados ao isolamento social adotado. Somente após cerca de 8 a 10 meses as atividades econômicas, especialmente comércio e serviços, tiveram retorno gradativo com a reabertura dos estabelecimentos, determinada por planos definidos pelos governos estaduais.

Com a consequente desaceleração da economia, o Ibovespa iniciou o ano em queda com recuperação somente ao final do ano fechando em 119.017 pontos e valorização de 2,92%. O Produto Interno Bruto – PIB sofreu uma retração de - 4,1% em 2020, após ter apresentado aumento de 1,1% em 2019. Essa redução em 2020 ficou um pouco abaixo da expectativa do Governo (- 4,7%) e contrariou a expectativa do mercado financeiro (- 6,1%), diante da crise econômica e sanitária. A taxa média anual de desemprego subiu de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, obviamente impactada pelas medidas de isolamento, adotadas no decorrer da pandemia. Assim, os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos e até o encerramento de atividades que não conseguiram se manter. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2020 em 2,00%, atingindo mais uma nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, teve um aumento de 4,31%, em 2019 para 4,52%. Superou o centro da meta (4,0%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,5% e 5,5%). O dólar acumulou alta de 29,33% em 2020 fechando o ano cotado a R\$ 5,1967. A queda da taxa SELIC, os impactos da pandemia pela Covid-19 na atividade econômica, inclusive com redução de investimentos estrangeiros, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - conforme o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), resultando num aumento de 5,55% em relação à produção de 2019. A produção de gás natural, alcançou uma média de 127 MMm3/d (milhões de m3 por dia), registrando um crescimento de 4,1% frente ao ano anterior. A produção total acumulada de petróleo foi 1,073

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bilhão de barris de petróleo e 46,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, totalizando uma produção de 1,365 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal que representa em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Já a produção do pós-sal e terrestre representam em média 25,4% e 6%, respectivamente, do total produzido no país também em barris de óleo equivalente. Em 2020, o Estado do Rio de Janeiro ampliou a sua participação na produção nacional de petróleo em 9,1 pontos percentuais em relação à 2019. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2020 foi -8,66%, inferior ao volume consumido em 2019. A média de consumo no país foi de 59,030 milhões de m³/dia, frente a 64,626 milhões de m³/dia, em 2019. O consumo do mercado convencional (indústria, GNV, residencial e comercial), foi impactado pela pandemia em todos os segmentos, exceto no residencial, chegando a um total de 32,82 milhões de m³/dia em 2020. Assim ficou -9,84% abaixo dos 36,40 milhões de m³/dia consumidor em 2019. Na variação por segmento, observa-se uma redução do consumo de gás em -8,45% pela indústria; -17,7% no GNV; um aumento de +9,55% de consumo pelas residências e uma redução significativa de -25,84% no mercado comercial. Já o consumo das termelétricas sofreu uma redução de 6,31% frente a 2019, somando um total de 22,39 milhões de m³/dia em 2020.

Em 2021, o ano continuou impactado pela pandemia. Com o avanço da vacinação no país, as atividades foram retomadas gradualmente, porém abaixo do que se esperava. Consequentemente, a expectativa de retomada da economia também não se realizou. O Ibovespa fechou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% ao ano, refletindo uma maior rejeição ao risco, ante as incertezas locais em face do risco fiscal e do cenário político conturbado, em um ano pré-eleitoral. Embora menor, foi a primeira queda anual da bolsa, desde 2015, quando recuou em 13,31%. O Produto Interno Bruto (PIB) totalizou R\$ 8,7 resultando num aumento de 4,6% frente a 2020, ano em que recuou um 4,1%, diante da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. No mês de dezembro de 2021, o mercado de trabalho já apresentava recuperação indicando queda do desemprego para o nível de 2019. De acordo com o IBGE, o desemprego caiu de 14,2% para 12,1%. Contudo, o país ainda tem cerca de 13 milhões de desempregados, e o rendimento médio também sofreu redução. de R\$ 2.686,00 para R\$ 2.449,00.

Em um ano marcado pela falta de chuvas e a ocorrência de geadas, e ainda impactado pelos efeitos da pandemia com o surgimento de novas variantes do coronavírus (apesar do avanço da vacinação), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2021 em 10,06%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual é muito superior à meta de 3,75% do Governo e também ao teto de 5,25% que havia sido previsto para o ano. Nesse cenário, o Banco Central passou a mirar uma taxa Selic recessiva, buscando sobretudo conter a inflação. O indicador, que vinha num ritmo de queda acentuado nos últimos anos, batendo recordes seguidos de baixas, saltou de 2,00% em 2020 para 9,25% ao final de 2021. O dólar acumulou alta de 7,45% em 2021, subindo de R\$ 5,20 ao final de 2020 para fechar o ano cotado a R\$ 5,58, impactado pelos riscos fiscais no Brasil, e sinais de aperto monetário em países desenvolvidos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 2021 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social.

Em julho de 2018 o então denominado Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico da empresa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em dezembro de 2018, todas as empresas operadas e controladas pelo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. Assim, a nova marca e identidade visual da CEG não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. A mudança de marca foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que são mantidas em tesouraria.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa em 2019 era de 52%, em 2020 passou para 42% e em 2021 passou para 49%. Ao longo de 2021, a empresa manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos e cumprimento de suas obrigações. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, ainda impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2021. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

A Companhia vem acompanhando o andamento da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19), e assim, revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para os anos de 2020 e 2021. A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*. A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinaranciar seus empréstimos e financiamentos, bem como **Empréstimos e financiamentos:**

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos:		
Linhas de crédito	1.189.783	1.175.140
	<u>1.189.783</u>	<u>1.175.140</u>
Total do passivo		
Circulante	588.979	415.629
Não circulante	600.804	759.511
	<u>1.189.783</u>	<u>1.175.140</u>

A variação observada entre passivo circulante e não circulante refere-se as renovações das operações que venciam em 2021, cujo vencimento passou a ser em 2024.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Vencimento	Lc	31/12/2021		31/12/2020	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	03/05/2022	100%	165.922	-	3.055	150.000
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	1.766	30.624	-	-
	CDI+1,2503%	20/05/2021	100%	-	-	51.037	-
	CDI+1,2%	19/08/2022	100%	104.956	-	2.824	100.000
	CDI+1,2%	16/04/2021	100%	-	-	51.217	-
	CDI+4,94%	08/04/2021	100%	-	-	31.577	-
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	3.486	50.654	-	-
	CDI+2,30%	04/03/2024	100%	2.186	49.088	-	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023	100%	4.622	150.000	1.812	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	100.329	-	358	99.319
	CDI+4,81%	24/03/2021	100%	-	-	36.968	-
	CDI+4,80%	06/04/2021	100%	-	-	24.324	-
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	1.525	33.960	-	-
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	1.420	22.999	-	-
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	100%	847	50.315	-	-
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	100%	-	-	50.906	-
	CDI+3,9%	15/04/2021	100%	-	-	31.289	-
Banco Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	100%	1.462	30.149	-	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+2,75%	08/07/2022	100%	41.137	-	908	40.000
	CDI+2,30%	11/03/2024	100%	1.318	29.427	-	-
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2022	100%	45.530	-	386	44.800
	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	106.446	-	379	105.392
	CDI+3,05%	23/03/2021	100%	-	-	46.774	-
	CDI+3,95%	06/04/2021	100%	-	-	51.670	-
	CDI+2,30%	18/03/2024	100%	2.649	44.588	-	-
	CDI+2,30%	18/03/2024	100%	2.943	49.000	-	-
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	100%	435	60.000	119	60.000
	CDI+1,25%	21/06/2021	100%	-	-	30.026	-
				588.979	600.804	415.629	759.511

(a) Novas operações realizadas durante o exercício de 2020.

(b) Operações repactuadas durante o exercício de 2020.

(*) Lc - Linha de crédito.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2021	2020
2022	-	549.511
2023	210.000	210.000
2024	390.804	-
	600.804	759.511

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2021	2020
Saldo inicial	1.175.140	999.618
Captação	-	213.700
Amortizações	-	(35.858)
Juros provisionados	69.334	49.037
Juros pagos	(50.339)	(52.395)
Custo a amortizar	(5.891)	(1.501)
Custos amortizados no período	1.539	2.539
Saldo final	1.189.783	1.175.140

iii. grau de substituição entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16,1 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há contratação de financiamentos com limite de utilização.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Contas de Resultado (R\$ mil)	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida de vendas e serviços	4.413.489	3.184.991	1.228.498	38,57%
Lucro bruto	1.168.411	1.045.847	122.564	11,72%
Lajida (Ebitda)	914.081	750.778	163.303	21,75%
Lucro operacional	772.542	611.788	160.754	26,28%
Lucro líquido do exercício	474.824	352.075	122.749	34,86%
Margem Bruta	26,47%	32,84%		

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.2 Os diretores devem comentar:****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2019**, não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2018, inclusive com a manutenção do PIB em 1,1%, como no ano anterior. Assim, não se verificou crescimento econômico não favorecendo o consumo de gás pelos mercados atendidos pela Companhia. Apenas o segmento GNV teve incremento nas vendas frente ao ano anterior. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.319,1 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -10,39%, frente a 2018. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-20,82%). Apesar desse cenário, a Companhia atuou na captação de clientes, que teve um incremento de 9.325 novos clientes na sua área de concessão. O Governo Federal criou o Programa do Novo Mercado de gás que vem ainda se desenhando. Com a criação desse novo programa no âmbito federal, tornam-se necessárias adequações das regulações estaduais às mudanças implementadas no programa. Desta forma, a Companhia vem acompanhando as modificações implantadas no âmbito do Governo do Estado, inclusive por atuação da agência reguladora estadual, a Agenesra. Neste contexto, a distribuidora tem atuado em conjunto com a agência reguladora, o Governo do Estado e outros atores do mercado carioca, visando possibilitar a abertura do mercado, de forma transparente, visando a garantia da segurança jurídica e o cumprimento do Contrato de Concessão. As principais regras que constam da regulamentação da AGENERSA são, dentre outras, a definição de critérios de enquadramento de agentes livres, procedimentos para aquisição de gás pela distribuidora por meio de chamamentos públicos e regras e formas de remuneração relacionadas gasodutos dedicados. A Deliberação da AGENERSA ainda está em fase de julgamento de embargos interpostos por todos os agentes do mercado, inclusive, pela distribuidora.

Em **2020**, no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença impactaram significativamente a economia no Brasil e no mundo. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano em 2,00% (nova mínima histórica). O IPCA aumentou de 4,31% em 2019 para 4,52%. O PIB sofreu uma retração de - 4,1%. A taxa média anual de desemprego subiu de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020. O resultado de todos esses indicadores impactou no endividamento das famílias e aumento do inadimplimento. O Governo do Estado do RJ determinou a suspensão do corte de fornecimento de gás, por inadimplência, durante o período de crise, exceto nos casos de emergência (como escapamento), pela necessidade de garantir a segurança da prestação do serviço. O Companhia realizou campanha de parcelamento de dívidas, possibilitando a quitação de débitos em até 12 parcelas. Em acordo com a Petrobras e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro, foi garantida a flexibilização dos contratos de compra de gás natural, permitindo que as indústrias pagassem somente pelo gás consumido e não pelos volumes contratados. Não houve cobrança de penalidades contratuais decorrentes da redução da demanda provocada pela Covid-19. Os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos. Nesse cenário de recessão econômica, as vendas médias diárias totais de gás natural da Companhia atingiram 8.647,8 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -16,2%, frente a 2019, quando somaram 10.319,1 Mil m3/dia. O mercado convencional foi afetado apresentando redução de 12,2% das vendas frente a 2019. Essa redução foi puxada principalmente pela queda das vendas para os segmentos comercial (-33,2%) e GNV (-16,8%). Contudo, devido ao isolamento social, restrições de circulação de pessoas em vias públicas e adoção do sistema de trabalho em home office por um grande número de empresas, o mercado residencial apresentou aumento de 9,4% nas vendas frente a 2019. Mas, a maior queda das vendas foi para a Geração Elétrica (-19,3%), devido a menor demanda de energia em função da redução da atividade econômica impactada pela pandemia. Até o final de 2020 a Agência Reguladora ainda não tinha julgado os

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

embargos interpostos por todos os agentes do mercado com relação as novas regras sobre a abertura do mercado de gás. A Agência também não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Somente em 10 de março de 2021 o processo da revisão tarifária foi julgado, sendo determinada pela Agência a redução de 13,47% das margens de distribuição da Companhia, por meio da publicação da Deliberação 4.198/2021 no dia 24 de março. Contudo, no dia 25 de março a Companhia foi Oficiada pela Agência que comunicou sobre a suspensão dos efeitos da Deliberação 4.198/2021, a qual, de toda forma, ainda é passível de recurso administrativo e também na via judicial.

O ano de **2021** continuou impactado pela pandemia. Com o avanço da vacinação no país, as atividades foram retomadas gradualmente, porém abaixo do esperado. Consequentemente, a expectativa de retomada da economia também não se realizou. O Ibovespa fechou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% ao ano, refletindo uma maior rejeição ao risco, ante as incertezas locais em face do risco fiscal e do cenário político conturbado, em um ano pré-eleitoral. Embora menor, foi a primeira queda anual da bolsa, desde 2015, quando recuou em 13,31%. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,6% frente a 2020, totalizando R\$ 8,7 trilhões. No mês de dezembro de 2021, o mercado de trabalho já apresentava recuperação indicando queda do desemprego para o nível de 2019. De acordo com o IBGE, o desemprego caiu de 14,2% para 12,1%. Contudo, o país ainda tem cerca de 13 milhões de desempregados, e o rendimento médio também sofreu uma redução de R\$ 2.686,00 para R\$ 2.449,00. Em um ano marcado pela falta de chuvas e a ocorrência de geadas, e ainda impactado pelos efeitos da pandemia com o surgimento de novas variantes do coronavírus (apesar do avanço da vacinação), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2021 em 10,06%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual é muito superior à meta de 3,75% do Governo e também ao teto de 5,25% que havia sido previsto para o ano. Nesse cenário, o Banco Central passou a mirar uma taxa Selic recessiva, buscando sobretudo conter a inflação. O indicador, que vinha num ritmo de queda acentuado nos últimos anos, batendo recordes seguidos de baixas, saltou de 2,00% em 2020 para 9,25% ao final de 2021. O dólar acumulou alta de 7,45% em 2021, subindo de R\$ 5,20 ao final de 2020 para fechar o ano cotado a R\$ 5,58, impactado pelos riscos fiscais no Brasil, e sinais de aperto monetário em países desenvolvidos.

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 12.901,90 Mil m³/dia, apresentando um grande aumento de 49,19% frente a 2020, quando somaram 8.647,8 Mil m³/dia. Esse forte aumento das vendas totais de gás pela Companhia (49,19%) foi resultado especialmente do acionamento de termelétricas ao longo do ano, impactado pela crise hídrica, decorrente da menor quantidade de chuvas, o que resultou no pior nível de água dos reservatórios em 91 anos. Os reservatórios de águas no Sudeste e Centro-Oeste chegaram a registrar armazenamento médio de 16,7% em outubro de 2021. Com isso, o governo acionou mais termelétricas para poupar água dos reservatórios das hidrelétricas ao longo de 2021. As vendas para Geração Elétrica somaram 8.611,6 Mil m³/dia frente às vendas em 4.728,4 Mil m³/dia em 2020, com um crescimento de 82,13. O mercado convencional também apresentou recuperação nas vendas em quase todos os segmentos, na comparação com 2020. Esse aumento foi puxado principalmente pelas vendas para os segmentos comercial (+18,52%) e GNV (+ 11,58%), mercados impactados fortemente pelo cenário de pandemia da Covid-19 no ano de 2020, seguidos pelo setor industrial (+7,24%). Somente as vendas de gás para as residências se mantiveram praticamente em linha frente a 2020. Os resultados positivos decorrem do esforço da companhia na captação de novos clientes combinado com a retomada gradual das atividades comerciais e econômicas em 2021, após o avanço da vacinação e a consequente redução de casos graves de Covid-19.

A proposta da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2018-2022) foi enviada no segundo semestre de 2017 à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera), conforme procedimento previsto no contrato de concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro. Em 10/03/2021, em sessão regulatória pública, a Agência Reguladora julgou o processo referente à 4ª Revisão Tarifária, no qual o Conselho Diretor do órgão aprovou por maioria de votos uma redução na ordem de 13% na margem tarifária da Concessionária. Em 24 de março foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ a Deliberação do órgão com a referida decisão. Na mesma data, a Companhia divulgou um Fato Relevante comunicando a decisão ao mercado. Em 26/03/2021, a Empresa divulgou novo Fato Relevante informando o recebimento do Ofício AGENERSA/SECEX SEI N°316, comunicando sobre a nova decisão do Conselho Diretor da Agenera de suspender os efeitos e prazos processuais da Deliberação nº 4.198/2021, na qual determinou a redução da margem tarifária. Em 14 de junho de 2021, foi publicada no DOERJ a decisão da AGENERSA por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, restabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma. Em 21/06/21, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face do contido na referida Deliberação. Até o momento não há definição da AGENERSA quanto aos Embargos apresentados.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Todas as variações são informadas no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Em **2019**, com a discreta retomada da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 6,50% para 4,50%, em 2019. Assim, a Companhia apresentou em 2019 um menor custo financeiro impactado principalmente pela redução da taxa Selic. O resultado financeiro apresentou, em 2019, o valor negativo de R\$ 51.374, frente ao valor de R\$ 182.455 em 2018. O endividamento da empresa, que era de 37% em 2018, passou para 52%, em 2019 principalmente em razão da aprovação da reversão de parte das reservas em dividendos adicionais, favorecendo a remuneração dos acionistas, sem impactar de forma relevante a gestão do endividamento.

Em **2020**, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, que foi reduzida de 4,50% para 2,00%, permanecendo no novo patamar mínimo histórico até o final do ano. Novamente o custo financeiro da Companhia foi beneficiado pela redução do índice. O resultado financeiro apresentou, em 2020, o valor negativo de R\$ 90.491 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 51.374 em 2019. O endividamento da empresa passou para 50%, em 2020. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Em **2021**, destaca-se o aumento da taxa Selic, pelo Banco Central, de 2,00% para 9,25% em 2021, que buscou sobretudo conter a inflação ao longo do ano, o que impacta no custo financeiro dos empréstimos e financiamentos bancários indexados à Selic. Parte desse impacto é compensada pela rentabilidade, também indexada à Selic, dos recursos financeiros mantidos em caixa pela Companhia. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2021, o valor negativo de R\$ 66.427 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 90.491 em 2020. O endividamento da empresa, que era de 42% em 2020, passou para 49% em 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****12. Assembleia geral e administração**

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando: a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias; b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho; c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses; d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo: i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.

As regras relativas ao Conselho de Administração estão previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração e foram descritas na íntegra no item 12.1 acima deste Formulário de Referência.

De acordo com o Estatuto, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização ao menos trimestral do Conselho de Administração. Em 2018, foram realizadas 07 reuniões; em 2019 foram realizadas 10 reuniões; em 2020 foram realizadas 08 reuniões e para 2021 a agenda de reuniões passou a ser mensal, com convocação nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia.

Conforme previsto no artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, no último conclave de cada exercício, o presidente do Conselho deverá propor o calendário do próximo ano de reuniões ordinárias, devendo, eventuais alterações neste calendário, serem comunicadas por e-mail com sete dias de antecedência da data prevista o calendário. A reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência de sete dias de sua data de realização, exceto em caso de concordância dos Conselheiros para que se realize com menor antecedência da convocação. O material relativo aos temas pautados deve ser encaminhado aos Conselheiros também com 07 dias de antecedência da data agendada.

Conforme já descrito neste Formulário de Referência, em 27 de abril de 2000, foi firmado um acordo de acionistas. O acordo, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado. Assim, nos termos do acordo de acionistas, é assegurado ao acionista BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR exercer o seu direito de voto de modo a eleger 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados, e, de requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a eleger 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente.

Tendo em vista a adoção, nos últimos anos, da regra do voto múltiplo prevista no artigo no art. 141 da Lei 6.404/76, o acionista BNDESPAR tem tido assegurado o direito a eleger 04 (membros) ao Conselho de Administração da Companhia, que tem funcionado com 12 (doze) membros, respeitando-se o acordo de acionista. O acordo estará vigente enquanto o BNDESPAR detiver ao menos 10% (dez por cento) das ações da Companhia.

Casos de conflitos de interesse serão tratados conforme previsão na Seção III do Regimento Interno do Conselho de Administração, conforme descrito no item 12.1 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.4 Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Alteração no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC38, CPC40 (R1), e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;

Alteração no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as Demonstrações Financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 200.332 (R\$130.888 em 31 de dezembro de 2020).

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 21.

d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

10. Comentários dos diretores

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Em 2019 o processo de Revisão Tarifária ainda se encontrava em curso. A empresa investiu em 2019 um total de R\$ 160.520 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição. Frente a 2018, o volume de investimentos foi 4,2% superior. A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 85.367 mil, foi destinada a Conservação e Renovação de Redes. O volume destinado a Expansão das redes correspondeu a R\$ 55.891 mil.

Em 2020, conforme descrito anteriormente, a AGENERSA não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Desta forma, no decorrer do ano, os investimentos continuaram concentrados na manutenção da rede da rede, necessária à segurança da rede de distribuição. Além disso, a natureza da atividade de distribuição de gás canalizado depende em grande parte da realização de obras de infraestrutura, sejam elas para a expansão das redes com a construção de novos dutos, sejam para a sua manutenção e conservação. Na maior parte do ano de 2020, por conda da pandemia, foi inevitável a redução do volume de obras. Assim, também em função do cenário de crise sanitária, a Companhia priorizou as obras para manutenção e conservação das redes, visando sobretudo garantir a segurança na distribuição de gás. Assim, a maior parte (quase 60%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 83.842 mil, foi destinada justamente à Conservação e Renovação de Redes. As obras foram realizadas, mesmo durante a pandemia, adotando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, relativas ao isolamento e distanciamento social, cujas regras foram impostas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. Os investimentos na Expansão da rede de gás sofreram maior impacto com essa inevitável diminuição no volume de obras ao longo do ano. O montante investido com este objetivo correspondeu a R\$ 43.876 mil, resultando numa diminuição de -21,5% frente a 2019. A empresa investiu em 2020 um total de R\$ 143,1 mil, montante 11% inferior ao total investido em 2019.

Em 2021, apesar de a pandemia continuar impactando o cenário de saúde em todo o país, a retomada gradual das diversas atividades econômicas, em destaque as atividades comerciais, possibilitou à Companhia retomar investimentos em expansão de redes, embora ainda com bastante precaução e cuidado com a saúde e segurança dos colaboradores que atuam diretamente em obras. Assim, ao longo do ano, foram investidos R\$ 48.598 mil em expansão de redes, ampliando-se a rede de distribuição em 45,06 km. Mantendo-se o compromisso e a responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados pela Companhia, a maior parte (cerca de 53%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 73.345 mil, continuou sendo destinada à Conservação e Renovação de Redes. As obras continuaram sendo feitas observando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, conforme as regras determinadas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. A empresa investiu em 2021 um total de R\$ 139.597 mil, mantendo o nível de investimento em linha com o ano anterior.

Investimentos (R\$ Mil)	2021	2020	R\$	Varição %
Expansão	48.598	43.876	4.722	10,76%
Renovação	73.345	83.842	- 10.497	-12,52%
Outros Investimentos*	17.654	15.382	2.272	14,77%
Total	139.597	143.100	- 3.503	2,45%

*Tecnologia da Informação/Frota/Instalações/Outros

ii. fontes de financiamento dos investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito ou captação de recursos junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção